



República de Moçambique

--

Gabinete de Informação
Direcção de Informação e Comunicação

**Transcrição do Briefing de SEXA o Vice-Ministro da Educação e
Cultura e Porta-Voz do Governo, Dr. Luís Covane
Maputo, 17 de Julho de 2007**

Boa tarde a todos!

Terminou a 18^a. Sessão Ordinária do Conselho de Ministro, no qual, dentre os vários pontos, analisou-se o processo de recenseamento eleitoral e da reconstrução, bem como as actividade do Gabinete de Apoio e Reconstrução (GAR), criada aquando da situação do Paiol. Sobre este assunto em particular, fez-se avaliação da situação das acções de prevenção e mitigação das calamidades, no período de 10 de Junho a 09 de Julho. Numa conclusão preliminar, é que o processo de reconstrução, nas províncias de Gaza e Inhambane, está registando um progresso satisfatório. Tenho a dizer, por exemplo, que em Gaza, o processo de reconstrução de 1273 casas está a decorrer (tendo em conta os ventos fortes que atingiram Chokwé no dia 18

de Março) e está-se, também, a fazer a distribuição de sementes e utensílios agrícolas.

Em relação à reconstrução depois do ciclone Fávio, em Inhambane, podemos dizer que foram reconstruídas 852 casas com apoio de parceiros e, na área da educação, 477 salas de aulas e 24 infra-estruturas turísticas.

Em relação ao que está sendo feito para socorrer as pessoas que foram vítimas pelas explosões do Paiol de Malhazine, do trabalho realizado a 16 de Julho do corrente, na cidade e província de Maputo, fazemos a seguinte avaliação: das 4305 casas afectadas na cidade de Maputo, estão em obra 1070. Destas temos 263 obras concluídas e o total das intervenções (das concluídas e em curso) é de 2033, sendo o défice de 2272 casas (isso na cidade de Maputo). Na província de Maputo as casas afectadas eram 1125 e, deste número, já foram construídas totalmente 367 casas e o número de intervenções anda à volta de 973.

Nesta sessão do Conselho de Ministro, tivémos a informação da realização, de 1 a 3 de Agosto corrente, na cidade de Maputo, do 2º. Fórum Pan-Africano de Capacitação Institucional. É um evento que vai contar com a participação de chefes de Estado e de Governo, do ministro das Finanças e de Planificação, e que tem como objectivo, a concertação de posições, troca de experiências sobre o que deve ser feito e o que tem que ser feito para o desenvolvimento de África, nos domínios, político, económico, e social. Teremos cá 60 participantes, entre aqueles que fiz referêcia (ministros, governadores e convidados). Estará entre nós o Secretário-Geral das Nações Unidas, o presidente das Nações Africanas, portanto 53 países estarão em Maputo, nos dias que acima indiquei.

Tivemos, também, uma nota detalhada do que está sendo feito para a realização do recenseamento geral da população, que vai ter lugar nos dias 1 a 15 de Agosto do corrente. Este é o terceiro senso populacional que vai se realizar no país (o último foi realizado há 10 anos). Mas, como é natural, também 10 anos é muito tempo. Muitas coisas aconteceram, a população sofreu muitas transformações, a localização dessas pessoas sofreu alterações e estas alterações da população e habitação precisam ser conhecidas, porque elementos fundamentais para a programação e planificação do desenvolvimento do país. Neste processo, o país será, do ponto técnico-metodológico, dividido em áreas de enumeração, que as áreas de trabalho. Nessa área de enumeração, nós queremos as pessoas, as casas e outras infra-estruturas devidamente registadas. Isso vai permitir que, depois de recolhidos esses dados, depois da realização do senso, seja possível a produção de atlas digitais. Significa que nós podemos ter super-produtos, por exemplo, informação exacta do terreno sobre escolas, centros de saúde, hospitais, estradas e outras infra-estruturas. Esse mapeamento, que vai contribuir efectivamente para a localização das áreas em que a pobreza se faz sentir com maior intensidade, vai igualmente contribuir para a planificação do nosso desenvolvimento.

O que se entende por “recenseamento” efectivamente? As zero horas do dia 10 de Agosto, essa hora e essa data é de referência. Os dados recolhidos pelos recenseadores e controladores terão como referência às zero horas do dia 01. A pessoa pode ir se recensear no dia 10, 12, 15, mas procura-se recolher dados referentes à situação do dia 01 de Agosto (zero horas desse dia). O que se pretende saber: vamos contar as pessoas que vivem e as casas que têm em Moçambique, e teremos registos de outros elementos essenciais.

Pretende-se saber quantos somos, quantas casas existem, como é que somos, as condições em que vivemos e estes são dados fundamentais para a planificação do desenvolvimento do nosso País. O recenseamento é uma operação bastante complexa, pois exige recursos humanos e financeiros bastante elevados. Só para dar uma indicação: os números de recenseadores que estão envolvidos nessa operação são cerca de 45 mil, que vão recolher dados no terreno, e estes são supervisionados pelos controladores, que serão acima de 16 mil. Também há outros elementos que estão a nível do gabinete central, provincial, distrital, até ao posto administrativo. Portanto, são milhares de pessoas envolvidas. Do ponto de vista financeiro, esta operação vai custar ao país 35.619.673 dólares americanos, o que significa que cada moçambicano tem custo do recenseador, controlador e outras etiquetas que são colocadas nas portas, para indicar que esta casa ou família já foi ou não recenseada. Tudo isso, somado, dá uma média de 1.75 dólar por pessoa. É exactamente por isso que dissemos que o recenseamento é um dever do cidadão, não é facultativo. Todos nós somos obrigados a estar em casa no dia do recenseamento. As estruturas locais vão informar, com antecedência, o dia que o recenseador passará pela residência ou local acordado para o recenseamento dum família específica.

Vou reservar algum tempo para responder às vossas perguntas.

Perguntas e Respostas

Pergunta (P): Senhor Vice-Ministro, há indícios de que a data das eleições vai sofrer alterações devido à insistência da comunidade muçulmana, que diz que ela coincide com o Ide Mubarak. Confirma essa notícia?

Vice-Ministro da Educação e Cultura (VMEC): O que posso dizer é que essa matéria não foi objecto de discussão na sessão de hoje. Não fazia parte da agenda.

P: Mas, a data poderá vir a ser alterada?

VMEC: O que posso dizer, neste momento, é que a data já foi decidida. Sobre aquilo que são inquietações, na parte cultural da sociedade civil, da reunião que estou a sair dela agora isso não foi objecto. Se quer ouvir a minha opinião pessoal, penso que ela não é relevante.

P: Senhor Vice-Ministro, há alguma indicação sobre os desembolsos para as eleições?

VMEC: Não sei como poderei falar, tenho dito, muitas vezes, que o porta-voz do Conselho de Ministros não vem aqui para fazer as suas deliberações e reflexões pessoais, sobre determinados assuntos. Acho que a vossa colaboração seria no sentido de fazer perguntas sobre aquilo que indiquei que foi o objecto de debate na sessão do Conselho de Ministros.

P: Senhor Vice-Ministro, ainda sobre o recenseamento eleitoral, alguma coisa está sendo feita para acautelar a movimentação de pessoas nesse período?

VMEC: Sim, mas duas dimensões: a pessoa poderá ser recenseada onde actualmente reside e, também, pode ser recenseada onde estiver naquela data do recenseamento, mesmo os estrangeiros, nacionais no mar (se estiverem nas águas territoriais de Moçambique) poderão ser recenseados, em qualquer ponto. Está a imaginar que o Governo, nesses 15 dias, tome medidas especiais para as pessoas não circularem? Tudo estar parado? Portanto, não imagino o caos. Isto quer dizer que, nesses 15 dias, Moçambique vai continuar a ser um país com vida própria, com a economia a funcionar e continuamos a dizer que professores e alunos são uma força fundamental para a realização de um processo dessa envergadura. Os professores, como os estudantes, serão treinados como controladores e como recenseadores.

P: E quanto aos moçambicanos na diáspora?

VMEC: O que com o recenseamento da população se pretende é registar aqueles que estão em Moçambique, e aqueles cuja ausência não é superior a seis meses, porque isto é um exercício de planificação que envolve as áreas de Saúde, Educação, Estradas, Comercialização, etc. Haverá um modelo para se abarcar esses moçambicanos que estejam fora por um período de mais de oito meses.

P: Senhor Vice-Ministro, o país dispõe de um banco de dados sobre a situação dos moçambicanos?

VMEC: Esse é o processo de criação de banco de dados. Nesse recenseamento, a componente digital vai ser extremamente fundamental porque, a partir do recenseamento, nos próximos tempos teremos uma série de sub-sustentos. Eu estive a referir alguns atlas para saúde, educação, vias

de comunicação e para outros fins, porque o trabalho que está sendo feito é que a parcela que é cedida a um recenseador, ele não vai só recensear a casa das pessoas, mas todo ambiente deverá constar da ficha. E nós teremos esses elementos para a gestão, no futuro.

P: E qual é a posição do Governo em relação à relutância dos doadores, em não quererem financiar as eleições?

VMEC: Eu fui claro que nesta agenda de hoje, dia 17 de Julho, esse assunto não foi discutido. O vice-ministro Luís Covane não vai inventar respostas.

P: Senhor V

(R)- Esse é um problema que estamos a gerir, pois é uma conquista. Existe um novo Sistema de Formação de Professores. Numa escola, o professor é o líder, é o aluno e nós temos consciência disso. Ao introduzirmos esse novo modelo de formação de professores, é que temos que admitir que não podemos recrutar pessoas sem formação psico-pedagógica para trabalharem com as nossas crianças. E teremos mais professores e mais qualidades. Fazendo isso no nível primário, estamos a conseguir grandes avanços e não podemos nos distrair dessa componente qualidade, porque o esforço e o investimento que o Governo está a fazer com seus parceiros é enorme. O que nós queremos é que tenhamos, num futuro próximo, moçambicanos qualificados, capazes de transformar recursos naturais, pois o país é muito rico e tem riquezas para resolver problemas da população.

P: (imperceptível)

VMEC: Mais uma vez eu não sei como falar, na agenda do Conselho de Ministros esse ponto não foi discutido. Eu gostaria que vocês soubessem qual é o trabalho do porta-voz. Eu estava numa reunião e venho aqui para vos transmitir aquilo que discutimos lá na reunião. Agora, imagina se eu inventasse as minhas coisas pelo caminho. O que estamos a conversar aqui deve corresponder aquilo que entrou em debate, a nossa posição corresponde aquilo que foi discutido.

P: Senhor Vice-Ministro, quanto ao trabalho da Comissão de Apoio e Reconstrução...

VMEC: Estamos a fazer o acompanhamento.

P: Mas, o período de vigência da Comissão está chegando ao fim...

VMEC: Não vai abandonar a tarefa no meio. Terá que ir até às últimas consequências, até concluir a missão, pois, tem que acabar com o trabalho. Não faria sentido a meio da jornada interromper a execução da missão.

P: Senhor Vice-Ministro, para quando teremos a posição do Governo clarificada em relação à data da realização das eleições?

P: E quantas casas ainda falta por abranger?

VMEC: Não posso precisar, é muito difícil quantificar. Há casas feitas a partir de materiais locais, há que mobilizar as pessoas para cortarem capim,

e a cobertura não é de chapa de zinco. Então, esse envolvimento das populações e das autoridades locais fez com que não estivéssemos em condições de fornecer números.

P: Senhor Vice-Ministro, terá os números referentes ao novo modelo de formação de professores?

VMEC: Tenho números, mas isto não foi objecto de apreciação, no Conselho de Ministros. Eu sou vice-ministro da Educação e Cultura e, se quiser todos os *dossiers*, posso recomendar que contacte a Direcção de Planificação e Cooperação. Diga que foi sugerido pelo vice-ministro (da Educação e Cultura) e vai ter os papéis todos para saber o que teremos na Educação, até 2011. Mas, nesta reunião não discutimos.

Muito Obrigado ×